

CIDADE, DISCURSO E IDEOLOGIA

Olimpia MALUF-SOUZA

RESUMO

Desde os primeiros contatos com a Análise do Discurso uma questão se colocou de forma imperiosa: em que medida alguns conceitos constitutivos dessa área de conhecimento se imbricam ou se subsumem no processo de análise. Para dar visibilidade aos funcionamentos de continuidade e de ruptura de um conceito pelo outro, tomo o recorte analisado na minha tese de doutorado que, discursivamente, mostra a cidade como um funcionamento daquilo que se instala pela regularidade do simbólico. Assim, a cidade é consequência das discursivizações em torno dela, ela é espaço interpelado e funciona, então, como efeito e como materialização das interpelações que constituem a memória discursiva de se dizê-la. A cidade de Franco da Rocha, enquanto efeito e materialização da loucura que a constituiu, se formula pelo lugar da não inscrição, da não assunção dos sentidos que a instituiu. Nesse jogo de interpelação materializada e interpelação negada, pretendo analisar o conceito de *Memória* e de *Interdiscurso* na relação com a *Ideologia*. Ou seja, como o sujeito se inscreve como posição numa memória posta em funcionamento pela Ideologia.

O interesse pela *Ideologia* como conceito posto em funcionamento pela Análise do Discurso surgiu exatamente no momento da escolha do tema para compor o Simpósio, proposto pela organização do II SEAD. Ao analisar, dentre os temas propostos, qual era o conceito de maior identidade deparei-me descartando imediatamente o da Ideologia por considerá-lo um dos mais fugidios e de mais difícil apreensão. Contudo, o fato de reconhecer esse conceito como presença necessária e constitutiva na análise discursiva foi, então, a motivação para vir debatê-lo nesse evento, não para apresentar certezas, mas para socializar dúvidas e indagações que visem, entre outros aspectos, as relações de recobrimento, de fronteira e de imbricação desse conceito com outros que se constituem como princípios teóricos basilares para a Análise do Discurso.

Pêcheux (1997), para estabelecer as relações entre discurso e ideologia,

parte da releitura de Marx por Althusser, que atribui para a Ideologia uma função de promotora da unidade social, conseguida através da sobre-determinação de uma classe dominante por outra dominada. Assim, para Althusser (1980, p. 81) o conceito de Ideologia é “*uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*”, de forma que essa representação interpela o indivíduo em sujeito das relações de produção.

Ao considerar o discurso como efeito de sentido entre interlocutores, Pêcheux traz para o debate as condições históricas de produção desses discursos, o que vai possibilitar o embate especificamente no campo ideológico, pois, o sujeito ao formular é atravessado pelo *Interdiscurso*, ou seja, ele toma posição, se inscreve num *já dito*, numa *memória discursiva*¹ que o antecede, que é independente da sua vontade e que traduz as relações de poder constituídas histórico-ideologicamente. Então, para Pêcheux o sentido, enquanto instância ideológica, tem um ‘caráter material’ – formações ideológicas – e um ‘caráter regional’ – as posições de classe, o que assegura um funcionamento ao mesmo tempo tenso e contraditório, uma vez que colocam em funcionamento sentidos excludentes e complementares das relações de poder.

Para o autor, o funcionamento da instância ideológica produz, pelo processo de interpelação, um assujeitamento ideológico que constitui o próprio sujeito enquanto forma-sujeito – forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. Através da submissão aos significantes da língua (pré-construídos), que se processa de maneira diferente para cada falante da língua: “*essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apóia-se no fato de que elementos do interdiscurso [...], são re-inscritos no discurso do próprio sujeito*” (op.cit, p. 163).

Para Pêcheux uma dada formação discursiva (discursividade fundadora)², ao atravessar o sujeito, o constitui, pois ela se configura em uma dada formação ideológica, a partir de uma dada posição sujeito e em uma dada conjuntura, se determinando, como espaço de dizer, pelo estado da luta de classe, isto é, pelas relações de poder e de saber que constitui cada classe. Assim, a formação discursiva determina ‘o que pode e deve ser dito’, o que significa dizer que as palavras, expressões, proposições, etc. recebem seus sentidos da formação discursiva na qual são produzidos. Ou seja, a língua serve de base comum a processos discursivos diferenciados que se situam num funcionamento que é regulado pelos processos ideológicos. Assim, o que

¹ Ou conforme propôs a professora Bethânia Mariani ‘memórias’, no plural, para assegurar as múltiplas ‘memórias’ que constituem as cidades em camadas fluidas

²

Optamos pelo termo ‘discursividade fundadora’, ao invés de ‘formação discursiva’, por acreditar que ele não delimita os núcleos discursivos da forma como faz a ‘formação discursiva’. Ou seja, através desse termo tentamos assegurar as relações de desfronteiras entre uma discursividade fundadora e outra.

Pêcheux (1997, p. 161) denomina de processo discursivo é o “*sistema das relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc, funcionando entre elementos lingüísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada*”, isto é, são funcionamentos da língua marcados pelas diferentes posições sujeitos do discurso, nos quais somente a concepção da existência de uma relação entre a língua e a ideologia é que explica a apropriação social dos conhecimentos pelos sujeitos. É o que Pêcheux chama de interpelação ideológica, que são formas que se materializam e se cristalizam por *rituais* que fazem renitência através dos aparelhos ideológicos, conforme defende Althusser (1985). A essa concepção de ritual Pêcheux acrescenta ainda que “não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: ‘uma palavra por outra’ é uma definição (um pouco restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho”. Ou seja, na estrutura, na sintaxe da língua há fendas, há brechas através das quais a memória discursiva faz irromper as dissidências, faz irromper o lugar de filiação do dizer.

Orlandi afirma que “*a ideologia não é ‘x’ mas o processo de produzir ‘x’*”. Assim, o que interessa para o analista são as condições de produção desse ‘x’: a compreensão do efeito do trabalho da ideologia que, ao capturar o sujeito na ilusão da evidência e da unidade, naturaliza os sentidos e apaga a história.

A autora (1996, p.48), afirma, então, que a Ideologia não é nem representação e nem ocultação da realidade. “*Ela é uma prática significativa. Necessidade da interpretação, a ideologia não é consciente: ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique*”.

Visando compreender esse conceito em funcionamento, trago para reflexão o estudo que desenvolvi durante o meu doutoramento³, quando analisei os efeitos dos sentidos constitutivos de uma dada cidade sobre seu funcionamento atual. Para tanto, tomei como *corpus* de análise a cidade de Franco da Rocha, uma cidade constituída como espaço de alocação da loucura, uma vez que se instituiu a partir da implantação do Hospital do Juqueri⁴. A cidade posta em funcionamento hoje carrega, tanto na arquitetura, quanto no slogan e no discursivo *sobre*⁵, efeitos desse lugar de constitutividade, ou seja, efeitos do trabalho de interpelação da Ideologia na História.

No aspecto arquitetônico a cidade de Franco da Rocha realiza a

³ Tese defendida em dezembro de 2004, no IEL/UNICAMP, sob o título: *Vozes Urbanas: Gestos de Pertencimento nos Espaços Simbólicos da Cidade*.

⁴ O Hospital do Juqueri é um dos maiores complexos psiquiátricos da América Latina e foi criado em 1898, pelo médico Francisco Franco da Rocha, visando desafogar a cidade de São Paulo e todo o estado de uma população de desviantes. Importando os modelos europeus para o tratamento da saúde mental, tanto na arquitetura – *art nouveau* – quanto na concepção do que era o louco e a loucura, o Hospital serviu de modelo e inspiração para as práticas alienistas no país.

⁵ Tanto o aspecto arquitetônico-urbanístico quanto o slogan e as vozes dos moradores foram exaustivamente analisadas. Aqui, por uma questão de tempo que dispomos, apresentaremos mais os resultados dessas análises do que propriamente o seu processo.

forma e a função ditada pelo Hospital. Para Braudrillard (1973), a forma e a função são dois valores antitéticos e irreconciliáveis porque refletem e portam ideologias totalmente distintas e conflitantes: trata-se da luta de interesses que remonta ao divergente funcionamento histórico-ideológico que constituiu a classe da aristocracia e da burguesia.

Na posição que toma a Análise do Discurso, a forma e a função são conceitos que se recobrem, se interpelam e se atravessam dos sentidos que cada posição sujeito, tomada em funcionamento, compreende da edificação analisada, pois para a AD, mais do que forma ou função, o que interessa é o *funcionamento* que interpela cada posição que discursiviza o objeto analisado.

O discurso arquitetônico-urbanístico, ao mesmo tempo em que claudica entre a forma e a função, tenta elaborar o projeto perfeito que garanta a unidade e a equanimidade entre essas duas ordens de discurso. Assim, privilegiando a forma, toda uma discursividade sobre a função (otimização do espaço, funcionalidade, adequação arquitetônica às necessidades sociais, psicológicas e antropológicas do sujeito, etc.) se torna recorrente nessa forma de discurso. Os efeitos da discursividade arquitetônico-urbanística do Hospital sobre a cidade de Franco da Rocha faz dela um ‘corpo’, uma materialidade, uma forma ditada pelo Hospital, mas todo o aspecto formal, tanto do Hospital quanto da cidade, não escapa dos apelos simbólicos ditados pela função a que ambos se destinaram: espaço de alocação de todas as formas de desvio. Assim, ‘a cidade dos loucos’, que tem o ‘trem dos loucos’ e o Hospital do Juqueri materializa, sintomatiza, pela arquitetura, os efeitos de sua constituição.

Da mesma forma, o slogan da cidade – ‘*Cidade Ciência e Ternura*’⁶ – torna memorável e faz reverberar todo um funcionamento ditado para a cidade pelo médico Francisco Franco da Rocha. Ou seja, pela adoção do slogan, os propósitos do médico são *retomados* como sendo a vocação da cidade. Assim, o que se retoma são os sentidos que instituíram a cidade como Hospital, a *cidade-Hospital*, que, funcionando como extensão, como anexo, como apêndice do Hospital, tinha o propósito de continuidade do tratamento e da tutela do louco e da loucura. Assumir para a cidade atual a função de fazer ciência de forma humanitária, assumir os objetivos do médico como sendo os da cidade, retoma os sentidos fundantes de quando a cidade se instituiu como indistinta do Hospital, ou seja, de quando a cidade não se desgarrava dos ditames do Hospital e do médico.

⁶ O slogan “Ciência e Ternura” foi atribuído à cidade de Franco da Rocha pelo vereador Oscar José de Almeida, através da Lei 75/8 de 09 de dezembro de 1975. Segundo o site oficial da Prefeitura: ‘**Ciência** pelos estudos e o tratamento especializado nos insanos mentais e **Ternura** pelo carinho e a acolhida que sempre se deu àqueles que necessitam de tratamento e sanatório apropriado para acolhê-los, bem como aos visitantes que por aqui passavam e até aos familiares que por aqui fixavam residências’.

A análise do slogan, pelo deslocamento dos seus efeitos de evidência, procurou compreendê-lo pelo viés sócio-político e ideológico que o instituiu. O que abre essa compreensão à deriva é o fato de tomar o slogan não apenas como lugar da interpretação purista das implicações do paradoxo aparente que se instala entre a cidade enquanto espaço de uma determinada prática científica – a pesquisa da loucura com todo o rigor e neutralidade que essa prática implica – e enquanto espaço de acolhimento terno de um tipo de desvio e das pessoas a ele vinculadas, mas como efeitos que se territorializam, que se localizam e se presentificam nos discursos atuais na cidade e *sobre* a cidade.

Assim, a análise do slogan teve o propósito de dar visibilidade a relação de continuidade e de ruptura que ele mantém com a discursividade fundadora, estabelecendo, através do processo de interpelação ideológica, posto em funcionamento pelas posições-sujeito na cidade, diferentes ordens de pertencimento a ela: ele assegura a alguns moradores a autorização de falar em nome da ‘ciência’ (os moradores fundadores, que junto com o médico estavam outorgados a tutelar e administrar a loucura) e aos outros a posição de sujeitos da ‘ternura’ (os internos e seus familiares), que se institui como característica da ‘ciência’ humanista que caracterizou a prática do médico.

Além da análise do discurso arquitetônico-urbanístico e do slogan, fizemos também a escuta da cidade, efetivada através de conversas com os moradores, visando a dar visibilidade às relações de poder, aos modos de subjetivação e aos processos de sujeição postos em funcionamento pelo atravessamento da discursividade instalada pelo Hospital. Tomar a escuta da cidade na relação com o Hospital, enquanto efeito metafórico, possibilitou compreender os deslizamentos dos sentidos fundadores que a cidade promove ou reproduz ao se dizer. A metáfora, entendida como transferência, substituição, é constitutiva do próprio sentido: ela instala o sentido novo, ao mesmo tempo em que carrega nela a memória do que foi dito e do que se instituiu como sendo a gênese dos interesses que constituem a cidade de Franco da Rocha. Assim, a escuta da cidade dá visibilidade aos processos de identificação pelos seus moradores, torna visível também o quanto esses modos de subjetivação, em função do lugar de constitutividade, são multifacetados e imbricados, pois os lugares de identificação são, antes de tudo, tomadas de posição, lugares de interpelação pela ideologia, modos de subjetivação.

Por esse recorte foi possível identificar duas posições sujeito morador (o fundador e o incidental), que ao formular seus discursos *sobre* a cidade, falam identificados com a ideologia que marcadamente constitui a sua própria classe ou a da classe dominante, ou seja, em Franco da Rocha, a posição-sujeito morador-incidental frequentemente assume como sua a discursividade da posição-sujeito morador-fundador. Esse funcionamento é efeito do trabalho da

Ideologia, que assegura à discursividade fundadora uma ordem de pertencimento diferenciado daquela que é reservada à discursividade incidental. Se para a posição-sujeito morador-incidental a ordem de pertencimento é marcada pela relação de tutela e de administração pela sua relação de parentesco constitutivo com a loucura, na cidade atual que aloca outras formas de desvio que não se fazem pela loucura⁷, o parentesco foi estendido para outras formas de desvio que a população rechaça (todas as formas de criminalidade). Aqui o processo de interpelação ideológica de uma posição pela outra se situa no funcionamento que (Zizek, 1996) aponta como sendo o da luta de classes: desejo de uma perspectiva teórica em se manter hegemonicamente superior, impedindo que outros discursos apareçam. Ou seja, o que se caracteriza como regularidade nessas posições é a de que o discurso adotado pelos moradores incidentais, assentado na relação de responsabilidade entre pessoa e coisa realizada na ideologia humanista, sob a dupla forma da propriedade e do contrato, toma sempre a direção do discurso da legalidade, sendo perpassado pelo discurso de uma moral social vigente, de forma a que a denegação da política funcione recobrando uma posição que é detectável nas diferenças sociais.

De toda a forma, em todos os recortes analisados nesse estudo mostramos que a cidade funciona como espaço interpelado pelo lugar de constitutividade das discursividades que a instituíram. Ou seja, na cidade de Franco da Rocha, o corpo da cidade ao realizá-la, também a revela, pois há um corpo posto, um corpo exposto e um corpo que circula sentidos que se filiam aos movimentos fundantes da cidade.

Assim, todos os recortes formulam um alhures que se materializa pela interpelação ideológica na arquitetura, no slogan e nas vozes urbanas. Para Pêcheux (1990), essa materialidade permite que o ‘real venha se afrontar com o imaginário’, pois se trata do “contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência [...]”.

Para Pêcheux, o que pertence a essa ordem do invisível e da ausência está estruturalmente inscrito na língua através dos efeitos da ideologia (eficácia *omni-histórica*) e são essas formas lingüísticas que podem representar o alhures, o além e o invisível. Na cidade de Franco da Rocha essa eficácia produz um tal efeito de incorporação do discurso que a reprodução passa a não ser mais vista como tal, que a reafirmação da ciência e da ternura e de todos os ideais do médico passam a ser o ideal de todo francorrochense. Assim, a contradição expressa tanto pelo aspecto da aproximação entre a ciência e a ternura quanto

⁷ O Parque Estadual do Juqueri, em função da política de desinternação massiva, aloca hoje 07 unidades da Febem, 02 Presídios de Segurança Máxima, 01 Colônia Semi-Aberta, o Manicômio Judiciário, além dos pacientes psiquiátricos.

pelo que se concerne como sendo o real e a realidade da cidade, não se coloca como evidência porque ela se constitui na trama das relações entre a língua e a história.

A Ideologia funciona como presença ausente que dita aos moradores o que é da ordem da possibilidade e o que é da ordem da interdição na relação de pertencimento. Assim, como na metáfora paterna de Lacan (1998), a Ideologia é, ao mesmo tempo, o ‘nome do pai – *nom du Père*’, pois representa tanto um nome e um lugar na família que confere individualidade quanto o ‘não do Pai – *non du Père*, que é o lugar da interdição, do limite, da distância e da lei. É, pois, pelo trabalho da Ideologia, enquanto presença de uma ausência, que se faz a passagem do imaginário para o simbólico e a conseqüente constituição do inconsciente pelo acesso à linguagem.

O papel da Ideologia nessa relação pode ser ainda metaforizado na antiga anedota sobre a já extinta República Democrática da Alemanha. Um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria, mas, sabendo que suas cartas para os amigos serão monitoradas ele combina um código: quando as cartas forem verdadeiras serão escritas com tinta azul e quando forem mentirosas, serão escritas com tinta vermelha.

Depois de um mês, seus amigos recebem a primeira carta escrita em tinta azul: “Tudo aqui é maravilhoso: as lojas vivem cheias de mercadorias, a comida é farta, os apartamentos são grandes e bem aquecidos, os cinemas exibem filmes ocidentais e não faltam garotas bonitas dispostas a namorar. A única coisa que não se consegue encontrar é tinta vermelha”.

Esse é o próprio paradigma de funcionamento da ideologia, pois ela tanto se instala como efeito de uma ‘censura totalitária’ quanto de uma ‘censura liberal’, assim, vivemos da ilusão da liberdade do dizer, porque nos falta a ‘tinta vermelha’, a linguagem própria através da qual poderíamos formular nossa ausência de liberdade. Ou seja, nossas formulações servem para mascarar e sustentar nossas verdades pela presença de um alhures, de um ausente que efetivamente conforma nosso dizer, e é este verdadeiramente o trabalho da Ideologia.

Para finalizar gostaria de deixar para o debate uma questão que me parece crucial: se a Ideologia tem funcionamento inconsciente, em que medida ela tem um funcionamento subsumindo pelo inconsciente – “A Ideologia é inconsciente?” ou é subsumida por ele – “o inconsciente é ideológico?”⁸. Mais do que uma simples inversão entre sujeito e predicado, essa questão se propõe a debater o inconsciente como sujeito – um sujeito tão especial e tão totalmente Outro – que seu predicado é a Ideologia ou se, ao contrário, a Ideologia é o

⁸ Esse questionamento é uma adaptação formulada a partir da crítica feita por Zizek a Jung e a Lacan quanto a concepção, na Psicanálise, de quem é Deus na relação com o inconsciente. As questões originais são: “Deus é inconsciente” ou “o Inconsciente é Deus”.

sujeito absoluto de todas as formas de linguagem, inclusive a do inconsciente, que nessa metáfora, tem função apenas predicativa da Ideologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3ª edição. Lisboa, Portugal. Editorial Presença – Martins Fontes. 1980
- ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan, Marx e Freud*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1985.
- ALVES, Aduari. *1886 – Franco da Rocha – 1936: A Cidade na Linha do Tempo*. São Paulo: A. Alves, 2003.
- BAUDRILLARD, J. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998.
- MALUF-SOUZA, Olimpia. *As Condições de Produção dos Laudos Periciais de Indivíduos com Suspeição de Insanidade Mental*. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2000.
- MALUF-SOUZA, Olimpia. *Vozes Urbanas: Gestos de Pertencimento nos Espaços Simbólicos da Cidade*. Campinas: DL/IEL/UNICAMP, 2004.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeito do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- PÊCHEUX, Michel. *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*. Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas, (19): 7-24, jul/dez. 1990.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1997.
- ZIZEK, Slavoj. *El Sublime Objeto de la Ideología*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1992.
- ZIZEK, Slavoj. *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda, 1996.